



Resumo de Notícias

22/03/2016 - Sinttel-ES

Justiça ainda vai decidir se Telemont/Oi cumpre ou não CCT

Não foi desta vez, mas está próxima a nova etapa da peleja entre o Sinttel e a Telemont/Oi pelo cumprimento da Convenção Coletiva do Sinstal (Sindicato das empresas). A audiência realizada na tarde desta terça-feira (22), na 8ª Vara da Justiça do Trabalho de Vitória, não resolveu a questão.

Nesta audiência, de tentativa de conciliação, não houve acordo entre as partes, pois a Telemont/Oi insiste em manter a correção dos salários e benefícios, conforme proposta apresentada por ela, na última reunião de negociação com o Sinttel-ES, em 12/08/2015.

Ou seja: reajuste oferecido foi de 8,34%. Auxílio-alimentação de R\$ 18,00 (12,5% de reajuste) com 26 tickets mensais a partir de 1º de julho. A empresa propôs implantar o Auxílio-creche de R\$ 120,00 para empregadas a partir do 5º mês até o 16º mês de vida dos filhos e criar o auxílio para filhos especiais com 6 tickets a mais no auxílio-alimentação. A empresa também ofereceu um abono de 5 tickets alimentação no mês de dezembro (R\$ 90,00). A proposta também reduzia o banco de horas de 6 para 4 meses. O restante das cláusulas financeiras seriam reajustadas em 8,34%. Essa proposta foi recusada em assembleias realizadas em todo o Estado.

pisos_cct_sinstalO problema é que os pisos salariais na Telemont/Oi era muito baixos. A diferença entre o que a Telemont/Oi sempre ofereceu e o que os/as trabalhadores/as pediam, diante da Convenção Coletiva das empresas prestadoras de serviço em Telecomunicação, era grande. A principal conquista da nova Convenção Coletiva foi a elevação dos pisos salariais (Veja quadro), que atinge a maioria dos/as empregados.

O juiz da 8ª Vara do Trabalho de Vitória, Ney Alvares Pimenta Filho, permitiu que as partes se pronunciassem e mais uma vez a Telemont/Oi, através dos seus repre-

— Reajustes pisos salariais —

• Piso da categoria	R\$ 868,00
• Piso para IRLA	R\$ 1.116,00
• Piso para ATENDENTE	R\$ 1.066,00
• Piso para TÉCNICO de TELECOMUNICAÇÕES	R\$ 1.240,00
• Piso para CABISTA	R\$ 1.240,00
• Piso para TÉCNICO ADSL	R\$ 1.463,00
• Piso para TÉCNICO EM FIBRA ÓPTICA	R\$ 1.580,00
• Piso para TÉCNICO MULTIFUNÇÃO (MultiSkill)	R\$ 1.464,00

Definição: empregados qualificados como técnicos, devidamente credenciado para exercer, e que exerçam duas ou mais atividades de instalações e/ou reparos de L.A, ADSL, TUP e/ou TV em PAR METÁLICO.

• Piso para TÉCNICO MULTIFUNÇÃO (MultiSkill)	R\$ 1.590,00
---	---------------------

Definição: empregados qualificados como técnicos, devidamente credenciado para exercer, e que exerçam, duas ou mais atividades de instalações e/ou reparos de L.A, ADSL, TUP e/ou TV em FIBRA ÓPTICA.

• **Demais cláusulas econômicas serão reajustadas em 8,42%.**

sentantes, insistiu em desqualificar a CCT 2015-2016, tentando achar problemas onde não existem. A empresa fala da ilegalidade da CCT 2015-2016; que o Sinstal (Sindicato Patronal) não fez assembleia entre eles, e argumenta que se tiver que arcar com os valores dos pisos acertados na CCT, terá que fechar as portas. É um chororô que, pra

quem não conhece, até cola.

Da parte do Sinttel, o presidente, Nilson Hoffmann, fez os esclarecimentos solicitados pelo Juiz, Ney Alvares Pimenta Filho, principalmente, sobre as atividades do "Multiskill" ou "Multifunção" e também sobre todo o processo negocial, que é legítimo, pois trata-se de negociação entre entidades que representam, de um lado os interesses das empresas e, do outro lado, os interesses dos/as trabalhadores/as.

Ao fim, não tendo mesmo perspectiva de acordo, caberá ao Juiz tomar a decisão sobre o processo. Ele disse que adiará o cumprimento da Liminar (que obriga a Telemont/Oi cumprir a CCT), até que ele tome a decisão.

É bom esclarecer que esta decisão poderá ser:

a) A de aceitar a tese do Sindicato pela cumprimento da Convenção e, aí, cumpre-se a Liminar imediatamente após a divulgação da decisão em favor dos trabalhadores ou,

b) Poderá ser a de rejeitar a reivindicação do Sindicato e, aí, caberá recorrer junto ao Tribunal Regional, órgão da segunda instância da Justiça do Trabalho.

Portanto, os/as trabalhadores/as ficam na expectativa de que, em mais alguns dias, terão uma definição desta tão esperada decisão. De toda forma, qualquer que seja o resultado, ela não é definitiva, pois sempre caberá os recursos previstos na legislação e o Sinttel não se furtará de usá-los integralmente.



Resumo de Notícias

23/03/2016 - Instituto Telecom

Concessionárias dizem que para mudar é preciso ter definições sobre bens reversíveis

A Oi é a única das grandes concessionária favoráveis à alteração das concessões para um regime próximo da autorização. É o que fica claro com as manifestações dos representantes da Telefônica e Embratel. Para José Gonçalves Neto, diretor de regulamentação da Telefônica/Vivo, é preferível que se opte por uma desoneração das obrigações, antes de aprovar mudanças profundas sem uma pactuação maior com as operadoras.

Para Gilberto Sotto-Mayor, diretor regulatório da América Movil, a Embratel quer ter a opção de manter o contrato do jeito que está e só migrar para um novo modelo após avaliar as vantagens concretas. “Será que estamos maduros para aceitar alterações tão profundas?”, questiona.

Porém, para as três operadoras, qualquer modelo precisará oferecer definições claras sobre bens reversíveis. O consenso entre as empresas é de que a Anatel adote a visão funcional dos bens, abandonando a visão patrimonialista atual.

“Após o encontro de conceitos sobre os bens reversíveis, será possível discutir que haja algum tipo de saldo em favor da União ou das empresas”, defendeu Neto. Carlos Eduardo Monteiro, vice-presidente de regulamentação da Oi, acredita que as alterações podem ser feitas por decreto. Já Sotto-Mayor discorda e defende alterações legais.

OTT

Marcelo Mejias, gerente regulatório da TIM, disse que a Anatel deve aproveitar a oportunidade para avançar em estudos sobre as empresas over-the-top. “Será que as OTTs devem ser consideradas apenas como serviços de valor adicionado?”, questiona. Ele entende que é preciso avaliar a necessidade de fazer alterações no quadro institucional, por exemplo, para transformar a Anatel em uma agência de comunicações digitais, com força para regulamentar conteúdo. “É preciso parar de se fazer puxadinhos”, completou. O debate foi realizado durante evento promovido pela Momento Editorial, em Brasília.

23/03/2016 - Instituto Telecom

Minicom propõe autorização mais controlada para todos os serviços de Telecom

O Ministério das Comunicações já concluiu o diagnóstico sobre as concessões de telefonia, com base na consulta pública lançada no ano passado. E, segundo o secretário de telecomunicações, Maximiliano Martinhão, existe de fato um problema com a sustentabilidade da concessão e a falta de atratividade do serviço de telefonia fixa.

Ele disse que o novo marco das telecomunicações será tratado em duas etapas distintas- as reformas regulatórias – a serem feitas pela Anatel, com as propostas de mudanças do contrato de concessão e do Plano Geral de Metas de Universalização e a formulação de um novo Projeto de Lei a ser formulado pelo Ministério das Comunicações.

Segundo Max, no que se refere à formulação da nova política de telecomunicações, já é consenso de que

a banda larga deve ser o centro de todas as modificações, e por isso não pode ficar restrita a uma definição tecnológica limitada.

Martinhão afirmou também que o Grupo de Trabalho está prester uma posição pela licença única dos serviços de telecomunicações, acabando com todo o tipo de concessão, seja de telefonia, ou de qualquer outro serviço de telecomunicações.

Mas alertou que essa nova licença não pode ser tratada como as atuais autorizações, onde o Estado tem muito pouca garantia. Segundo ele, essa nova licença deverá assegurar que o Estado possa intervir em qualquer serviço de telecomunicações para assegurar, por exemplo, que as redes de importâncias estratégicas e os serviços essenciais de telecomunicações não sofram problemas de continuidade.



Resumo de Notícias

23/03/2016 - Insituto Telecom

Telefônica avalia GVT em R\$ 7,7 bi e detalha desempenho em 2015 com prejuízo

No próximo dia 1º de abril, a Telefônica/Vivo realizará em São Paulo uma assembleia extraordinária para aprovar a reestruturação societária da companhia após a incorporação total da GVT. Para tanto, divulgou na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nesta terça, 22, um edital de convocação no qual detalha o patrimônio a ser incorporado, bem como dados operacionais isolados da GVT que mostram ter havido prejuízo no ano passado, apesar de investimentos na modernização da infraestrutura de rede.

Antes da incorporação será efetuada a cisão da GVT e seu valor líquido total de R\$ 7,712 bilhões será vertido na maioria para a GVT Participações, sobrando uma pequena parcela para ser absorvida pela Pop Internet (que lidará com negócios não relacionados a telecomunicações). A GVT Participações será totalmente incorporada pela Telefônica, que absorverá o patrimônio líquido total de R\$ 11,009 bilhões. Como as empresas são subsidiárias integrais da Telefônica, não haverá aumento de capital da companhia.

Na avaliação da auditora independente Ernst & Young, o capital social subscrito e integralizado da GVT Participações é de R\$ 13,499 bilhões dividido em 13,499 bilhões de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A Telefônica avisa também que, uma vez incorporada a GVT, poderá depreciar ou amortizar a mais-valia alocada aos ativos, bem como o ágio registrado na aquisição. O capital social apenas da Telefônica em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 63,571 bilhões, representado por 1,691 bilhão de ações, sendo 571,6 mil de ações ordinárias e 1,119 bilhão de ações preferenciais.

Desempenho

Segundo dados da própria companhia, a receita somente da GVT em 2015 foi de R\$ 5,719 bilhões, tendo apresentado crescimento em taxa anual composta (CAGR) de 6,1% entre 2013 e 2015. A companhia gerou ainda R\$ 2,647 bilhões de prejuízo líquido no ano passado, após ter apresentado lucro líquido de R\$ 631,4 milhões no ano anterior.

Em dados operacionais, a GVT fechou o ano com 12,5% de participação no mercado de banda larga, ou 36% no mercado de velocidade acima de 12 Mbps. Afirma que no ano passado aumentou a planta fixa com 570 mil novas portas de acesso, sendo 120 mil em fibra até a residência (FTTH, com a tecnologia GPON), oferecendo até 50 Mbps em par metálico e 300 Mbps em fibra. A companhia declara ter conquistado 221 mil novos clientes no período, totalizando 3,1 milhões de assinantes de banda larga. Em telefonia fixa, detinha 10% (ou 4,3 milhões de clientes); e na TV por assinatura, 5,3% (1 milhão de clientes).

Relata ainda que houve redução nas perdas em decorrência de fraude em TV por assinatura, de R\$ 22,9 milhões em 2014 para R\$ 10,6 milhões no ano passado. Isso aconteceu pelas melhorias implantadas no processo de detecção e aprimoramento dos filtros de ferramentas que monitoram fraudes.

Infraestrutura

Na TV por assinatura, a GVT unificou a interface de usuário, que antes era diferente para acessos DTH e híbrido. Com isso, afirma ter reduzido "significativamente os motivos de abertura de reclamações". Confirma ainda ter efetuado a migração satelital para o Intelsat 34 (IS34), lançado em agosto do ano passado para ocupar a posição orbital 304,5° Leste. Com capacidade de bandas Ku e C, o satélite substituiu o Intelsat 805, que servia à GVT (originalmente na posição orbital 55,5° Oeste, depois realocado), e o Galaxy 11, da Boeing, que é operado pela Intelsat na posição 55,5° Oeste (originalmente na posição 32,8° Leste).

O documento detalha alguns procedimentos na infraestrutura de rede, como a substituição de centrais TDM por media gateways controlados por core IMS, além de upgrades de hardware e software no core de rede de próxima geração, ampliando o par de PTS RJO/RCE para melhorar a distribuição de links de sinalização e deixar a rede legada com múltiplas redundâncias.



Resumo de Notícias

Em relação ao backbone, fala em diversas ações de contingência e aumento de capacidade para manter robustez e criar rotas alternativas para redundância. Essa infraestrutura também recebeu redes de distribuição de conteúdo (CDNs) para melhorar o tráfego, mas a companhia não cita quantas e nem onde exatamente estão essas CDNs. Diz, no entanto, que em 2015 realocou servidores de caches e CDNs para "pontos mais próximos do acesso do cliente".

Revelou ter modernizado a planta de switches com a substituição de equipamentos; ativou aparelhos de maior capacidade e densidade de portas para aprovei-

tar melhor espaço e consumo de energia; e adequou a arquitetura de conexões, aumentando robustez, disponibilidade e segurança. A Telefônica diz que essas ações ajudaram a evitar interrupções na rede local e aumentar a confiança dos serviços.

A GVT encerrou 2015 com um total de 5.650 vendedores próprios e terceirizados. Em bens físicos, a companhia detinha 21 prédios administrativos, 23 prédios técnicos (switch), 91 prédios mistos e 18 prédios logísticos. No total, são 13 imóveis próprios e 140 locados. A partir do dia 15 de abril, a marca GVT será substituída totalmente pela da Vivo.

23/03/2016 - 23/03/2016

'Prévia' da inflação cede e tem menor índice para março em cinco anos

Com o resultado, a taxa acumulada em 12 meses saiu dos dois dígitos e atingiu 9,95%. Itens importantes, como alimentação e habitação, tiveram índices menores. Conta de energia caiu

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) cedeu quase um ponto percentual de fevereiro para março, passando de 1,42% para 0,43%, na menor taxa para o mês desde 2012, segundo o IBGE, que divulgou o resultado na manhã de hoje (23). O indicador é considerado a "prévia" da taxa oficial de inflação no país, o IPCA. Em 12 meses, o IPCA-15 saiu dos dois dígitos, atingindo 9,95%. No primeiro trimestre, o acumulado somou 2,79%, também abaixo de igual período de 2015 (3,50%).

Sete dos nove grupos pesquisados tiveram taxas menores em fevereiro. As exceções foram Artigos de Residência (de 0,86% para 0,88%) e Vestuário (de 0,14% para 0,44%). O grupo Alimentação e Bebidas, por exemplo, passou de 1,92% para 0,77%, enquanto outro item importante, Habitação, foi de 0,40% para -0,52%. Transportes passou de 1,65% para 0,45%.

Segundo o IBGE, o principal impacto individual no mês (0,07 ponto percentual) foi dos combustíveis, com alta de 1,23% – o preço do litro da gasolina aumentou 0,82%, chegando a 5,45% na região metropolitana de Salvador, enquanto o do etanol subiu 3,2% (alta de 9,27% também em Salvador). E o maior impacto para baixo (menos 0,11 ponto) foi da energia elétrica, que caiu 2,87%. Segundo o IBGE, isso aconteceu pela redução da cobrança extra da bandeira tarifária, resultando em queda nas

contas de todas as regiões pesquisadas.

Os alimentos caíram de forma significativa, mas ainda respondem por quase metade (46%) da taxa mensal, com impacto de 0,20 ponto percentual. "Vários produtos vieram com preços em queda, a exemplo do tomate (-19,21%) e da batata-inglesa (-4,61%). Contudo, os preços de alguns produtos continuaram em alta, como a cenoura (24,08%), as frutas (6,11%) e a farinha de mandioca (5,94%)", informa o instituto.

Outros itens em alta foram cigarro (3,26%), artigos de limpeza (1,49%), plano de saúde (1,06%), ônibus urbano (0,76%) e empregado doméstico (0,72%). Entre as quedas, os preços das passagens aéreas variaram -10,79%. E, depois dos reajustes das mensalidades escolares, o grupo Educação passou de 5,91%, em fevereiro, para 0,67% neste mês.

Nas regiões, as maiores taxas foram apuradas em Goiânia (0,67%) e Porto Alegre (0,66%) e a menor. No primeiro caso, houve pressão de tarifas de ônibus e combustíveis, enquanto no segundo os alimentos subiram acima da média nacional. A menor taxa foi a do Rio de Janeiro (0,11%), onde os alimentos tiveram alta menor. O IPCA-15 variou 0,44% em São Paulo, ante 1,24% no mês anterior.

O IPCA e o INPC de março serão divulgados pelo IBGE em 8 de abril.



Resumo de Notícias

22/03/2016 - Rede Brasil Atual

Pobreza cai no Brasil e aumenta na América Latina, diz relatório

Mais de 2,75 milhões de brasileiros saíram das linhas de pobreza e extrema pobreza em 2014

O relatório "Panorama Social da América Latina 2015", divulgado hoje (22) pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), registrou uma redução importante nas taxas de pobreza no Brasil. Segundo Laís Abramo, diretora da Divisão de Desenvolvimento Social da instituição, mais de 2,75 milhões de brasileiros saíram das linhas de pobreza e extrema pobreza em 2014.

"Essa diminuição foi mais acentuada entre os indigentes, e isso mostra, justamente, a eficácia e a importância dos programas de combate à extrema pobreza que existem atualmente no Brasil. Sabemos que há uma crise importante, com diminuição do crescimento econômico, com recessão e aumento do desemprego. É muito provável que haja impactos negativos sobre os níveis de pobreza e indigência. Mas vai depender da eficiência da rede de proteção social que existe no país, dos programas de transferência de renda e de instrumentos como o seguro-desemprego", afirmou Laís.

Alicia Bárcena, secretária-executiva da Cepal, afirmou que enviou hoje carta aberta à presidente Dilma Rousseff, em que manifesta sua preocupação com ameaças à estabilidade democrática e reconhece os avanços sociais e políticos alcançados pelo Brasil na última década. "Nos violenta que hoje, sem julgamento ou evidência, usando vazamentos e uma ofensiva midiática, que tem por convicção tentar demolir sua imagem e legado, esforços são multiplicados por minar a autoridade presidencial e encerrar o mandato conferido aos cidadãos nas urnas", afirmou, em nota.

Em toda a América Latina, entre 2014 e 2015, o número de pessoas em situação de pobreza cresceu de 168 milhões para 175 milhões, o que representa 29,2% das pessoas. Já o número de pessoas em situação de indigência, ou extrema pobreza, passou de 70 para 75 milhões (12,4%).

De acordo com o relatório, o aumento é consequência

de resultados diferentes entre os países, onde alguns tiveram aumento da pobreza e outros, a maioria, registraram diminuição. Entre 2010 e 2014, por exemplo, houve significativo crescimento da pobreza no México.

O documento ressalta que, nos próximos 15 anos, a maioria dos países da América Latina continuará no chamado bônus demográfico, onde a população em idade de trabalhar é maior que a de aposentados. Bárcena afirmou que este é um momento fundamental para o desenvolvimento de políticas de proteção social e reforçou que será necessária atenção especial à área de saúde e da previdência social, uma vez que o impacto negativo tende a crescer.

Outro dado alarmante é que, em 2013, uma em cada 3 mulheres não tinha renda própria nem autonomia econômica. Segundo Bárcena, a exclusão social afeta muito mais as mulheres do que os homens. De acordo com o documento, a renda dos homens brancos é quatro vezes maior que a das mulheres indígenas e duas vezes maior que a das negras, levando-se em consideração níveis educacionais iguais.

De acordo com a Cepal, o trabalho é a chave mestra para reduzir a pobreza e as desigualdades. No entanto, entre 2014 e 2015, a taxa de desemprego na América Latina aumentou de 6% para 6,6%. O organismo recomenda que os esforços de promoção do trabalho decente, formalização dos empregos e acesso aos mecanismos de proteção social devam persistir.

"Os gastos sociais em educação, saúde e previdência social deveriam ser independentes dos ciclos econômicos. Mas, em momentos como o atual, de crise econômica, os países devem proteger os níveis de gastos sociais. E, nos períodos de crescimento, ampliar o gasto e os investimentos, para reforçar a construção da rede de proteção social", afirmou Bárcena.



Resumo de Notícias

23/03/2016 - Vermelho

Teori determina que Moro envie investigação sobre Lula ao STF

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Teori Zavascki, determinou na noite desta terça (22) que o juiz de Curitiba Sérgio Moro remeta ao STF as investigações da Operação Lava Jato que dizem respeito ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Teori Zavascki, relator da Lava Jato no Supremo, atende, assim, ao pedido da Advocacia-Geral da União, que apontou que Moro cometeu irregularidades ao divulgar conversas telefônicas entre o ex-presidente Lula e a presidenta Dilma Rousseff.

Ainda segundo sua decisão, as interceptações telefônicas voltam a ter segredo de justiça. No prazo de 10 dias, Moro deverá prestar informações à Corte sobre a retirada do segredo de Justiça das investigações, por conta do envolvimento de autoridades com foro privilegiado, como ministros e parlamentares.

Em sua decisão, o ministro afirmou: " Não há como

conceber, portanto, a divulgação pública das conversações do modo como se operou, especialmente daquelas que sequer têm relação com o objeto da investigação criminal. Contra essa ordenação expressa, que – repita-se, tem fundamento de validade constitucional – é descabida a invocação do interesse público da divulgação ou a condição de pessoas públicas dos interlocutores atingidos, como se essas autoridades, ou seus interlocutores, estivessem plenamente desprotegidas em sua intimidade e privacidade".

A determinação de Zavascki não derruba decisão do ministro Gilmar Mendes, da última sexta (18), que suspendeu a nomeação de Lula ao cargo de ministro da Casa Civil. Mas invalida outra determinação de Mendes na qual ele estabelecia que as investigações sobre Lula ficariam com Moro.

23/03/2016 - Brasil 247

Lista da Odebrecht tem Aécio, cunha e 200 nomes

Um dos documentos apreendidos pela Polícia Federal na Odebrecht durante a 23ª fase da Operação Lava Jato, batizada de Acarajé, é uma lista de possíveis repasses da empreiteira a mais de 200 políticos, com nomes e valores recebidos; conforme afirma o jornalista Fernando Rodrigues, que divulgou a lista, trata-se do mais completo acervo do que pode ser a contabilidade paralela da empresa descoberta e revelada ontem na investigação; presença de políticos na relação, como o senador Aécio Neves (PSDB-MG) e o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), atinge oposição e governo; não identificados, contudo, chamaram a atenção dos investigadores, sobretudo pelo grande volume de recursos que teriam recebido, como é o caso de " Mineirinho", apontado como destinatário de R\$ 15 milhões entre 7 de outubro e 23 de dezembro de 2014; as entregas, segundo as planilhas, teriam sido feitas em Belo Horizonte

Nas buscas que realizou na Odebrecht durante a 23ª fase da Operação Lava Jato, no dia 22 de fevereiro, a Polícia Federal apreendeu uma lista do que seriam repasses de propina da empreiteira a políticos. A relação traz mais de 200 nomes e os valores recebidos, atingindo governo e oposição.

Estão presentes, por exemplo, os nomes do senador Aécio Neves (PSDB-MG), do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), dos senadores José Sarney (PMDB-AP), Romero Jucá (PMDB-RR) e Humberto Costa (PT-PE), do chefe de Gabinete da presidente Dilma Rousseff, Jaques Wagner, do PT, do ex-governador Eduardo Campos (PSB), morto em 2014, entre vários outros.

Leia mais em:

<http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/222384/Lista-da-Odebrecht-tem-A%C3%A9cio-Cunha-e-200-nomes.htm>

Resumo de Notícias

22/03/2016 - Carta Maior

A hipocrisia da grande mídia

A estratégia de vazamento seletivo de documentos e informações sigilosas foi descrita e defendida pelo juiz Sérgio Moro em artigo de 2004.

Uma das características da grave crise política que o país atravessa tem sido a questionável relação estabelecida entre os responsáveis pela operação Lava Jato e os meios de comunicação.

A estratégia de vazamento seletivo de documentos e informações sigilosas, ou a suspensão do sigilo seguida da entrega seletiva de informações à mídia foi descrita e defendida pelo juiz Sérgio Moro em artigo de 2004. Para ele, trata-se de “(manter) o interesse do público elevado e os líderes partidários na defensiva” e “(garantir) o apoio da opinião pública às ações judiciais, impedindo que as figuras públicas investigadas (obstruam) o trabalho dos magistrados” mesmo sob “o risco de lesão indevida à honra do investigado ou acusado (...) pois a publicidade tem objetivos legítimos e que não podem ser alcançados por outros meios”. [cf. <http://ferreiramacedo.jusbrasil.com.br/artigos/187457337/consideracoes-sobre-a-operacao-mani-pulite-maos-limpas>].

A cobertura política

Graças ao trabalho de uma equipe de pesquisadores do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP), do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), coordenado pelo professor João Feres Júnior, a partir de 2014, qualquer interessado pode acompanhar sistematicamente a cobertura política que a grande mídia brasileira oferece.

No caso específico da Operação Lava Jato, o LEMP

A fonte...



faz esse acompanhamento nos jornais Folha de S. Paulo, O Globo e Estado de S. Paulo e no Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão desde o dia 27 de outubro de 2014, isto é, o dia seguinte ao segundo turno da eleição presiden-

cial. Os resultados estão disponíveis em <http://www.manchetometro.com.br/cobertura-2015/cobertura-2015-operacao-lava-jato/>

Verifica-se que a cobertura “negativa” em relação ao governo, à presidente Dilma e ao Partido dos Trabalhadores tem sido constantes desde que o acompanhamento se iniciou e fica cristalino, não só a execução da estratégia da Lava Jato, como a partidarização unânime da mídia.

Protestos

Embora aplaudido por seguimentos da classe média urbana como parte do combate “missionário” à corrupção, o viés de “oposição” ao governo, à presidente Dilma e ao Partido dos Trabalhadores não tem passado despercebido de advogados, juristas, estudiosos da comunicação e, sobretudo, militantes de diferentes movimentos sociais que identificam a seletividade, as omissões, as ênfases, os enquadramentos, as distorções como ameaça à democracia e a direitos fundamentais duramente conquistados na história política recente do país.

Leia mais em:

<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/A-hipocrisia-da-grande-midia/12/35765>